

Da recessão ao desafio de 84

Economia
Brasil

José Júlio Sena
economista

A economia brasileira encontra-se em recessão há cerca de três anos, sendo que a maioria das pessoas não consegue vislumbrar perspectivas de recuperação, a curto prazo. Neste contexto, o novo acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional vem ampliar as preocupações, na medida em que poderá levar ao agravamento do quadro recessivo. Essas preocupações advêm, principalmente, da meta estabelecida para a política monetária. Segundo a qual a taxa de expansão da moeda, em 1984, não poderá ultrapassar 50%, ou seja, cerca de metade do percentual correspondente ao ano passado. A questão relevante que se coloca é a seguinte: até que ponto o acerto com o FMI contribuirá, efetivamente, para agravar a situação?

A resposta a essa indagação exige que se discutam, inicialmente, as origens do atual quadro recessivo. A nosso ver, muitas das explicações para a crise, oferecidas por diferentes analistas, não correspondem à realidade. Examinemos as três explicações apresentadas com maior frequência.

Segundo alguns, a recessão brasileira tem suas raízes no que se convencionou chamar de «aperto da liquidez real». De acordo com os que esposam essa linha de argumentação, o fato de a taxa de crescimento monetário, atualmente em torno de 100% ao ano, situar-se bem abaixo do ritmo inflacionário, hoje superior a 200%, representa brutal contração da liquidez real. Sem dinheiro suficiente para «lubrificar» a economia, o sistema entra em colapso, caindo tanto a produção quanto o nível de emprego.

Essa ideia é complementada pela noção de que o Governo tem posto em prática uma política macroeconómica bastante austera, não somente na área monetária, mas também nas de crédito, gastos públicos e importações.

Dentre os que acreditam residir no «aperto da liquidez real» a origem da recessão brasileira, começa a causar inquietação, e até mesmo surpresa, o fato de a inflação não cair. Tradicionalmente, sempre se soube que o aperto macroeconómico gera recessão mas consegue, em contrapartida, debelar o processo inflacionário. Como este não daria sinais de estar sob controle, muito pelo contrário, talvez o problema resida na definição de moeda. Em poucas palavras, intrigados com a resistência revelada pela inflação, muitos propõem redefinir os agregados monetários. Neste sentido, cadernetas de poupança, CDB's e aplicações no open market, em Letras e Obrigações do Tesouro Nacional, por exemplo, deveriam ser vistos como quase-moeda e, por conseguinte, fatores inflacionários.

A nosso ver, porém, nada disto faz sentido. A liquidez real está caindo, mas não como consequência de austeridade governamental. Ela resulta, pura e simplesmente, da própria aceleração inflacionária. Na realidade, o mencionado fenômeno acompanha todo o processo que se assemelha a uma hiperinflação. Foi assim na Alemanha, na Áustria e na Polônia, há mais de meio século, e também no Chile e na Argentina, mais recentemente. O que explica a contração da liquidez real, como dissemos, é a própria aceleração do ritmo inflacionário. Observando o descontrole das contas governamentais, e sentindo seus efeitos em termos de aumentos de preços em geral, os consumidores decidem antecipar despesas, ao mesmo tempo em que os empresários procuram reajustar os preços de seus produtos de modo cada vez mais intenso. Por seu turno, os trabalhadores pressionam por reajustes salariais maiores e mais frequentes. Tudo isto colabora para acelerar a inflação, fazendo com que os preços cresçam mais rapidamente do que o volume de moeda na economia. Por outro lado, qualquer tentativa de tirar o País da recessão mediante maior emissão monetária resultaria apenas em mais inflação.

Outro grupo de analistas atribui ao FMI a causa básica da retração econô-

mica. Segundo eles, a ortodoxia do Fundo é recessiva, e, além disso, por termos recorrido àquele organismo, perdemos nossa soberania, ou seja, ficamos privados do controle sobre os gastos públicos, o crédito, a moeda e a taxa de câmbio.

8 FEV 1984

Aqui residem dois equívocos distintos. Primeiro, o País entrou em recessão dois anos antes de ter batido às portas do Fundo, o que por si só deveria servir para deixar de lado a interpretação contida no parágrafo anterior. Além disso, em 83 o Brasil simplesmente não cumpriu o acordo firmado com aquele organismo, o que acabou resultando na própria suspensão do suporte financeiro internacional. Segundo, é certo que estamos de alguma forma tolhidos no que diz respeito à condução da política macroeconómica. Não é por isto, porém, que estamos em recessão. A manipulação dos instrumentos macroeconómicos jamais constituiu fator estimulante de crescimento económico auto-sustentado. Neste sentido, a experiência iniciada em 1980 não deve ser esquecida — a política expansionista da época logrou gerar crescimento no primeiro ano, mas retração nos períodos seguintes. Deste modo, readquirir o mencionado controle não asseguraria a retomada do crescimento.

Uma terceira explicação para o quadro recessivo, frequentemente aventada, diz respeito ao rígido controle imposto às importações. Os equívocos aqui são de natureza variada. Primeiro, excetuando o petróleo, o Brasil é um país que depende muito pouco das compras externas. Por conseguinte, não é por haver restrições às importações que não estamos crescendo. Segundo, do ponto de vista macroeconómico, o referido controle tem efeito expansionista, e não o contrário, pois, dada a política monetária, ele permite que sobre mais dinheiro para gastar em outras áreas. Terceiro, os que procuram uma vinculação estreita e rígida entre importações e crescimento incorrem no mesmo erro dos defensores de antigos modelos, que tratavam o processo de crescimento económico de maneira mecanicista. Segundo esses modelos, o campo para crescer estaria limitado, de um lado, pelas importações e, de outro, pela taxa de poupança. A experiência tem mostrado, porém, que não se pode raciocinar dessa maneira. Países com nível comparável de importações, ou com taxas de poupança semelhantes, apresentam padrões distintos de crescimento. Em Economia, não há lugar para modelos rígidos e raciocínio mecanicista.

Onde buscar, então, a explicação para o atual quadro recessivo? A nosso ver, a economia brasileira não cresce principalmente por causa da elevada taxa inflacionária. Não há exemplo de país onde uma inflação de três dígitos conviva com a ampliação da produção — a primeira sempre inibe a segunda. De fato, a «hiperinflação» distorce todo o sistema de preços, impedindo avaliações seguras de projetos de investimento. Fica impraticável prever receitas e estimar, com um mínimo de precisão, o comportamento dos custos de produção. Todo processo inflacionário como o que vivemos atualmente traz, a reboque, a apatia e a desorientação do setor empresarial. Ressalte-se que as decisões de produzir partem dos empresários, mas para isto é preciso que o sistema de preços relativos não seja distorcido por uma inflação fora do comum. Para ilustrar os problemas causados pela aceleração dos preços basta lembrar as dificuldades com que se deparam hoje os consumidores, ao tomar suas decisões de gastar — as noções de «caro» e «barato» se confundem, de maneira simplesmente angustiante.

Some-se a isto o fato de que a inflação elevada e o início da retração econômica dão origem a interesses por investimentos de cunho meramente especulativo. Esse fenômeno ocasiona o agravamento da recessão, e a economia entra num círculo vicioso difícil de ser vencido. Nesse caso, as receitas financeiras de empresas do setor real crescem de importância, desvirtuando-se suas funções originais. Isto, por seu turno, dá margem a interpretações incorretas acerca das raízes da crise, as quais, com frequência, resultam

em medidas econômicas governamentais igualmente incorretas.

Em suma, a inflação é a grande inibidora do crescimento econômico. No caso brasileiro atual, no entanto, existe ainda um fator que tem contribuído para agravar o quadro recessivo. Tratam-se das frequentes mudanças das regras do jogo.

No ano passado, por exemplo, foram inúmeros os casos de alterações abruptas na política econômica, o que trouxe um pouco mais de desorientação para o setor privado da economia. Assim é que tivemos, na área de câmbio, estratégias distintas, incluindo-se minidesvalorizações reais, maxi, minis «expurgadas», ou seja, realizadas com base em índices de preços corrigidos por fatores acidentais, etc. A política de correção monetária também revelou alterações de rumo, tendo passado de uma política de correção plena, ou seja, acompanhando integralmente a inflação, para correção monetária parcial, realizada com base em índices de preços «corrigidos». A incerteza com relação a essa política teve influência danosa sobre o processo de formação de taxas de juros e ajudou a desviar demanda de ativos financeiros para outros tipos de ativo. A área de controle de preços também mostrou-se indefinida, tendo-se oscilado entre mais e menos controles, particularmente no tocante a produtos industriais. A política de salários constitui outro exemplo ilustrativo, na medida em que o Governo decretou três ou quatro fórmulas salariais distintas, num único ano.

O ponto que desejamos enfatizar é o de que essas indecisões somaram-se ao advento de elevadas taxas inflacionárias, no sentido de provocar retração por parte do setor empresarial. E preciso deixar claro que a ortodoxia econômica pressupõe a estabilidade da política. Quanto mais se manipulam as variáveis de política econômica, mais incerteza se gera, com consequências prejudiciais à atividade econômica.

A esse respeito, vale registrar que, no final de 83, quando muitos já se conveniam do desejo do Governo em adotar uma política realmente ortodoxa, novas mudanças abruptas surgiram, envolvendo aumento de tributação no mercado financeiro (Decreto-Lei 2.072). As mudanças contidas nesse decreto mostraram-se prejudiciais sob três aspectos. Primeiro, pelo seu caráter retroativo, ajudaram a ampliar o temor de novas decisões semelhantes. Segundo, por implicarem maior tributação sobre os rendimentos de ativos financeiros (juros, deságios, etc.), significaram forte desestímulo à poupança interna, numa época em que já se sabe que não poderemos contar com a poupança externa. Terceiro, as alterações na lei representaram expressivo aumento nos custos de transação no mercado financeiro — parece certo que o mesmo nível de tributação poderia ser atingido com grau menor de exigências burocráticas. O efeito prático disto é desestimular o mercado secundário de papéis, o que sempre traz reflexos para os mercados primários. Isto poderá prejudicar o próprio Governo, na medida em que venha a dificultar a condução da política de mercado aberto.

Estes, a nosso ver, são os fatores realmente inibidores do crescimento econômico. Para que a economia volte a crescer é fundamental debelar a inflação e permitir que o «ambiente econômico» se torne mais estável, evitando-se as frequentes mudanças das regras do jogo.

De volta à questão colocada no início, pode-se dizer que a política determinada no acordo com o Fundo Monetário Internacional deverá acarretar, a curto prazo, custos para a sociedade, em termos de agravamento do quadro recessivo. Isto ocorre sempre, com toda e qualquer política de controle dos despesas globais. O ideal teria sido evitar que a situação chegasse ao ponto em que chegou, com inflação anual de 211%. Isto, porém, não cabe mais discutir. Finalizando, o fato concreto é que, com ou sem o apoio do Fundo Monetário, a inflação terá de cair, para que a economia volte a crescer. Este é o grande desafio do ano que ora inicia.